



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A T A

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. No vigésimo quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, às dez horas e doze minutos, reuniu-se de forma *online*, pela sala de Webconferência no *Zoom.us*, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Emmanuel Zagury Tourinho, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a presença dos seguintes membros: Gilmar Pereira da Silva, Vice-Reitor; Carlos Alberto Batista Maciel, representando a Pró-Reitoria de Extensão; Edmar Tavares da Costa, Pró-Reitor de Relações Internacionais; Loiane Prado Verbicaro, Pró-Reitora de Ensino de Graduação; Maria Iracilda da Cunha Sampaio, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; Liovanny Alves de Miranda, representando a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; Cristina Kazumi Nakata Yoshino, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Márcia Consentino Kronka Sosthenes, representante docente do Instituto de Ciências Biológicas; Zenilda Botti Fernandes, representante docente do Instituto de Ciências da Educação; Filipe de Oliveira Saraiva, representante docente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Socorro Castelo Branco, representante docente do Instituto de Ciências Médicas; Luanna Tomaz de Souza, representante docente do Instituto de Ciências Jurídicas; Victor Augusto Cavaleiro Corrêa, representante docente do Instituto de Ciências da Saúde; Lidiane Nazaré da Silva Dias, representante docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Tadeu Oliver Gonçalves, representante docente do Instituto de Educação Matemática e Científica; Jane Felipe Beltrão, representante docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Fátima Cristina da Costa Pessoa, representante docente do Instituto de Letras e Comunicação; Soraya Abreu de Carvalho, representante docente do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares; Leônidas Olegário de Carvalho, representante docente do Instituto de Medicina Veterinária; Germana Bittencourt Menescal, representante docente do Instituto de Tecnologia; Lanna Karina Araújo de Lima Rodrigues, representante da Escola de Aplicação; Jessé Luiz Padilha, representante docente do Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia; Álvaro Júnior Melo e Silva, representante docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento; Flávio Vargas Andrade, representante docente do *Campus* Universitário de Abaetetuba; Alessandra Doce Freitas, representante docente do *Campus* Universitário de Altamira; Carlos Augusto Bastos, representante docente do *Campus* Universitário de Ananindeua; Ivana de Oliveira Gomes e Silva, representante docente do *Campus* Universitário de Castanhal; Vando José Costa Gomes, representante docente do *Campus* Universitário de Salinópolis; Adriano Biancalana, representante docente do *Campus* Universitário de Soure; Douglas Neves Garcia, representante docente do *Campus* Universitário de Tucuruí; representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Marcos Rodrigo da Conceição Nascimento, Waldemar Henrique Viana Álvares e Simone dos Santos Brito. **1. ABERTURA.** Com a palavra, o Vice-Reitor, Gilmar Pereira da Silva, iniciou a sessão dando boas-vindas aos presentes e justificou a ausência do Magnífico Reitor, Emmanuel Zagury Tourinho devido ao fato de o mesmo estar em trânsito para Belém, no entanto chegará a tempo de concluir a reunião. **2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA:** 4ª Reunião Ordinária, de 26.04.2023, sem manifestação prévia ou expressa na sessão, a Ata foi aprovada. **3. LEITURA DO EXPEDIENTE:** Não houve. **4. COMUNICAÇÕES.** Em seguida, a Conselheira Loiane Prado Verbicaro comunicou que a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), em parceria com a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS), com a Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFPA (APYEUFPA) e com a Associação de Descendentes Quilombolas da

UFPA (ADQ) realizará no dia 1º de junho, a 5ª edição do Seminário do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE-IQ). Disse, ainda, que o evento busca proporcionar um espaço em que estudantes, gestão da UFPA e demais órgãos públicos possam dialogar para a construção coletiva do Edital do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas 2024 (PSE-IQ).

5. PROPOSIÇÕES. Não houve. **6. ORDEM DO DIA. 6.1. Processos em Fase de Apresentação. 6.1.1. Câmara de Ensino de Graduação (CEG). 1) Processo On-line – Projeto Pedagógico – Código Eletrônico n. 201. Interessado: Campus Universitário de Abaetetuba. Assunto: Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção. Relatora: Maria da Conceição Gonçalves Ferreira. 6.1.1.1. Apreciação Ad Referendum. 1) Processo On-line – Projeto Pedagógico – Código Eletrônico n. 279. Interessado: Instituto de Ciências da Saúde (ICS). Assunto: Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional. Relatora: Maria da Conceição Gonçalves Ferreira. 6.1.2. Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). 1) Processo n. 030238/2023. Interessado: Jefferson Ramos de Lima. Assunto: Reconhecimento do Título de Mestrado em Linguística Aplicada. Relatora Ad Hoc: Aline Maria Meiguins de Lima. 2) Processo n. 030522/2023. Interessado: Marcelo Pereira da Silva. Assunto: Reconhecimento do Título de Doutorado em Sociologia. Relatora Ad Hoc: Aline Maria Meiguins de Lima. 3) Processo n. 068981/2022. Interessada: Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos. Assunto: Inclusão no Programa de Prestação de Trabalho Voluntário. Relator Ad Hoc: Ronilson de Souza Santos. 6.2. Processo em Fase de Julgamento. 6.2.1. Câmara de Ensino de Graduação (CEG). 1) Processos n. 075958/2022 e n. 069545/2022. Interessada: Universidade Federal do Pará (UFPA). Assunto: Proposta de Alteração da Resolução n. 5.087/2018, que Regulamenta o Processo Seletivo Simplificado e a contratação de professores por tempo determinado e revogação da Resolução n. 5.330/2020. Relator: Tadeu Oliver Gonçalves.**

Passando à Ordem do Dia, o Vice-Reitor, reportou-se à apreciação do Processo On-line – Projeto Pedagógico – Código Eletrônico n. 201, de interesse do Campus Universitário de Abaetetuba, que trata da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção. Solicitada, a relatora Maria da Conceição Gonçalves Ferreira fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, sendo o mesmo aprovado com 24 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, passou à apreciação do *Ad Referendum*: Processo On-line – Projeto Pedagógico – Código Eletrônico n. 279, de interesse do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), que trata da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional. Solicitada, a relatora Maria da Conceição Gonçalves Ferreira fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Vice-Reitor dispôs em votação o parecer favorável, sendo o mesmo aprovado com 22 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção. Em seguida, o Vice-Reitor, Gilmar Pereira da Silva, passou a condução da Reunião ao Magnífico Reitor, Emmanuel Zagury Tourinho, que prosseguiu com a reunião. Em seguida, o Senhor Presidente ressaltou que os Processos PC8971942111213601748-2, PC8961942111213591747 e PC8541942011213201710-3, de interesse do Campus Universitário de Altamira, que tratam sobre Concursos Públicos serão analisados em bloco. Em seguida, passou ao Processo C8971942111213601748-2, que trata da exigência da Graduação em Medicina para o Concurso Público de Provas e Títulos da Carreira do Magistério Superior, sobre o Tema: Atenção à Saúde Mental. Processo PC8961942111213591747, que trata da exigência da Graduação em Medicina para o Concurso Público de Provas e Títulos da Carreira do Magistério Superior, sobre o Tema: Atenção à Saúde Básica e da Família. Processo da Plataforma Atena - PC8541942011213201710-3, que trata da exigência da Graduação em Medicina ou Fisioterapia para o Concurso Público de Provas e Títulos da Carreira do Magistério Superior, sobre o Tema: Atenção ao Sistema Cardiovascular e Respiratório. Instado, o relator Tadeu Oliver

Gonçalves fez a leitura dos pareceres com voto favorável à aprovação pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, os pareceres foram alocados em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação os pareceres favoráveis, sendo os mesmos aprovados com 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Prosseguindo, passou ao Processo n. 030238/2023, do interessado Jefferson Ramos de Lima, que trata do reconhecimento do Título de Mestrado em Linguística Aplicada. Instada, a Conselheira Maria Iracilda da Cunha Sampaio, em substituição à relatora *Ad Hoc* Aline Maria Meiguins de Lima, fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do reconhecimento do Título de Mestrado em Linguística Aplicada do interessado Jefferson Ramos de Lima pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, sendo o mesmo aprovado com 21 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, passou ao Processo n. 030522/2023, do interessado Marcelo Pereira da Silva, que trata do reconhecimento do Título de Doutorado em Sociologia. Solicitada, a Conselheira Maria Iracilda da Cunha Sampaio, em substituição à relatora *Ad Hoc* Aline Maria Meiguins de Lima, fez a leitura do parecer com voto favorável à aprovação do reconhecimento do Título de Doutorado em Sociologia do interessado Marcelo Pereira da Silva pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, sendo o mesmo aprovado com 23 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Prosseguindo, passou ao Processo n. 068981/2022, da interessada Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, que trata da inclusão da docente no Programa de Prestação de Trabalho Voluntário. Solicitada, a Conselheira Maria Iracilda da Cunha Sampaio, em substituição ao relator *Ad Hoc* Ronilson de Souza Santos, fez a leitura do parecer com voto favorável à inclusão da docente no Programa de Prestação de Trabalho Voluntário pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de interstício da matéria, o que foi acatada pelos Senhores Conselheiros. Desse modo, o parecer foi alocado em discussão. Não havendo manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, sendo o mesmo aprovado com 23 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente passou aos Processos em Fase de Julgamento. Processos n. 075958/2022 e n. 069545/2022, de interesse da Universidade Federal do Pará (UFPA), que trata da proposta de alteração da Resolução n. 5.087/2018, que Regulamenta o Processo Seletivo Simplificado e a contratação de professores por tempo determinado e revogação da Resolução n. 5.330/2020. Em seguida, o Senhor Presidente ressaltou que o processo foi apresentado na reunião ordinária do dia 26 de abril de 2023, sendo decidido na ocasião, que o processo seria discutido, posteriormente, em virtude de requerer contribuições das Unidades. Em seguida, o Conselheiro Tadeu Oliver Gonçalves fez a leitura dos destaques da Câmara de Ensino de Graduação (CEG), quais sejam: alteração no art. 4º, letra “f”, art. 11, art. 12, art. 13, inciso I e II, art. 14, art. 15, art. 20, e art. 39, § 4º, que passam a vigorar com a seguinte redação: art. 4º, letra “f”: f) afastamento para participar em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no Brasil ou no exterior, incluindo-se o Pós-Doutorado; art. 11, incisos I e II: I – Sênior: portador do título de Doutor por tempo igual ou superior a 10 (dez) anos, com produção acadêmica relevante e consistente, equivalente a de pesquisador de produtividade do CNPq nível 1, segundo critérios da área de conhecimento específica a qual pertence o Programa de Pós-Graduação (Comitê de Área do CNPq); II – Pleno: portador do título de Doutor por tempo igual ou superior a 5 (cinco) anos, com produção acadêmica relevante e consistente, equivalente a de pesquisador de produtividade do CNPq nível 2, segundo critérios da área de conhecimento específica a qual pertence o Programa de Pós-Graduação (Comitê de Área do CNPq); art. 12. O Professor Visitante, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, deverá ser contratado sob o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva; art. 13 e inciso I e II: art. 13. A contratação de Professor Visitante, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, será efetuada nos

termos do art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.745/1993, nos seguintes prazos: I - máximo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada, desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos, no caso de Professor Visitante de nacionalidade brasileira; II - máximo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada, desde que o prazo total não exceda a 4 (quatro) anos, no caso de Professor Visitante de nacionalidade estrangeira; art. 14. A remuneração do Professor Visitante Sênior será correspondente aos vencimentos de Professor Titular, a remuneração do Professor Visitante Pleno será correspondente aos vencimentos do Professor Associado I e a remuneração do Professor Visitante Júnior será correspondente aos vencimentos do Professor Adjunto I, respectivamente, do quadro de pessoal docente, desta Universidade; art. 15. Parágrafo único. Os requisitos mínimos do perfil para a contratação de Professor por tempo determinado de que trata o caput do artigo, referente à formação acadêmica, será estabelecido pela Unidade Acadêmica no Plano do PSS; art. 20 e parágrafo único. art. 20. O PSS para Professor Visitante dar-se-á pelo Julgamento de Títulos, conforme definido nesta Resolução e no Plano de Processo Seletivo Simplificado. Parágrafo único. É facultado à Unidade responsável incluir como etapa do PSS a realização de Prova de Defesa de Plano de Trabalho ou de Projeto de Pesquisa; art. 39, § 4º. A nota final do candidato será calculada como a média aritmética simples das notas obtidas em cada Prova e no Julgamento de Títulos, consideradas duas casas decimais sem arredondamento. Em seguida, com a palavra, a Conselheira Fátima Cristina da Costa Pessoa pontuou algumas alterações que considera importante constar na presente resolução, quais sejam: *caput* do artigo 4, que trata do professor substituto e o art. 33, no que se refere à acrescentar dois incisos que tratam sobre a prova didática. Em seguida, fez a leitura: “o Professor Substituto poderá ser contratado para suprir as atividades de ensino, em razão da falta de docentes da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério de Ensino Superior”. O art. 33, acrescentar os seguintes incisos: “A presença do candidato é obrigatória no sorteio do item da Prova Didática nos dias e horários estabelecidos” e “A ausência ou atraso do candidato implicará sua eliminação no Concurso”. Com a palavra, o Conselheiro Liovanly Alves de Miranda solicitou alteração na Resolução no seguinte excerto: onde está escrito “concurso público”, que seja alterado para “Processo Seletivo Simplificado (PSS)”. Após as discussões, o Senhor Presidente colocou em votação a proposta apresentada pela CEG com alterações sugeridas pela Conselheira Fátima Cristina da Costa Pessoa e pelo Conselheiro Liovanly Alves de Miranda, sendo aprovada com 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, o Conselheiro Tadeu Oliver Gonçalves agradeceu a participação de todos os envolvidos na construção da nova Resolução que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado (PSS) e a contratação de professores por tempo determinado, no âmbito da UFPA. Dando seguimento à reunião, o Senhor Presidente comunicou aos Conselheiros que o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) encaminhou à Presidência deste Conselho um documento intitulado “Carta Aberta: Instituições na Amazônia Legal - um caminho para a sustentabilidade em pesquisa”, com o objetivo de ser lido na ocasião da Reunião. Ainda, com a palavra, o Senhor Presidente solicitou à representante docente do ICB, Conselheira Márcia Consentino Kronka Sosthenes, que fizesse a leitura do documento, o que foi iniciada. No entanto, por problemas de conexão de internet da Professora Márcia Sosthenes, a leitura foi finalizada pela Conselheira Maria Iracilda da Cunha Sampaio. A seguir registra-se na íntegra o documento supracitado. *“A Amazônia é um dos biomas mais importantes do planeta, devido à sua vasta biodiversidade e influência sobre o clima global. A região abriga a maior floresta tropical do mundo, com cerca de 5,5 milhões de quilômetros quadrados servindo como o habitat de milhares de espécies de plantas e animais que não são encontrados em nenhum outro lugar da Terra. A Amazônia é também importante fornecedor de oxigênio para o planeta e sua floresta ajuda a absorver quantidade significativa de dióxido de carbono da atmosfera, reduzindo assim o impacto das mudanças climáticas. Além disso, atua na regulação climática e na produção e distribuição das chuvas com os chamados “rios voadores” que são formados por vapores d’água produzidos pela evaporação das florestas. Estes vapores são transportados pelas correntes de ar para outras regiões do Brasil e da América do Sul. Além de sua importância para regulação e controle do meio ambiente, a Amazônia é fundamental para garantir a qualidade de vida das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras), assim como as comunidades ribeirinhas, rurais e urbanas que vivem na região, que dependem da*

204 floresta para suas subsistências e manutenção de suas culturas e tradições, e que mantém a floresta
205 em pé há séculos. Garantir a saúde dos povos da floresta e dos povos residentes nas áreas rurais e
206 urbanas da Amazônia é tão importante e necessário quanto manter a saúde da própria floresta viva
207 e produtiva. Na década de 70 e 80, com a implementação dos grandes projetos de exploração
208 mineral e a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, tornou-se premente a formação de
209 recursos humanos qualificados, aptos e capazes de avaliar, com senso crítico e científico, sobre as
210 grandes mudanças e o seu impacto sobre a região. A partir deste momento, criou-se uma
211 quantidade significativa de cursos de graduação e de programas de pós-graduação que formam e
212 formaram pessoal qualificado para lidar com a interação homem-floresta e as suas consequências,
213 no mais amplo conceito de "saúde única" (One Health). No entanto, apesar do esforço das
214 Instituições de Ensino e Pesquisa (IES) das esferas federais e estaduais presentes na região para
215 aumentar e qualificar a demanda necessária para atuar em uma das maiores florestas do planeta,
216 ainda há uma distância significativa entre a necessidade e a oferta, bem como entre o que
217 encontramos na Amazônia e o que verificamos fora dela. Um crescimento econômico equilibrado
218 que garanta o futuro da exploração adequada dos recursos naturais e o bem-estar da sociedade
219 requer ferramentas que permitam o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos, incluindo as
220 atividades das IES da região, as quais possuem a capacidade inerente de prolongar o impacto dos
221 recursos investidos muito além da vigência dos projetos (um diferencial quando comparado às IES
222 de outras regiões do país). Entretanto, os indicadores de desenvolvimento demonstram de forma
223 muito clara a desigualdade existente até agora na distribuição dos recursos entre o Norte e as
224 demais regiões e a urgente necessidade de financiamento de quem está produzindo in loco, com
225 dificuldades, bem como para atrair e fixar os novos pesquisadores para os grupos consolidados e
226 em consolidação na região. O Norte é fonte de recursos naturais, como minerais, madeira e
227 potencial hidroelétrico, que são explorados para o benefício econômico brasileiro e de muitos
228 outros países. E é exatamente com esta visão sobre a importância que a Amazônia apresenta,
229 dentro do contexto nacional e internacional, que grupos consolidados de cientistas vêm,
230 historicamente, surgindo em nossa Universidade e contribuindo para o desenvolvimento da região.
231 Dentro dessa perspectiva é que apresentamos aqui, com base em diversos fatos e argumentos,
232 nosso pedido à Administração Superior da Universidade Federal do Pará (UFPA) e para o
233 Governo do Estado do Pará, que haja uma discussão ampla dentro da nossa universidade e com a
234 sociedade, com a participação de todos os Programas de Pós-Graduação (PPGs), sobre as
235 questões relativas ao desenvolvimento científico da Amazônia, bem como sobre nosso papel como
236 protagonistas nas decisões relacionadas à utilização do Fundo Amazônia e outros recursos
237 direcionados para atividades relacionadas com a região. Especialmente, nas duas últimas décadas,
238 a Amazônia tem enfrentado múltiplas ameaças, incluindo o desmatamento, a exploração ilegal de
239 recursos naturais, a expansão da agricultura e da pecuária, somado às mudanças climáticas. A
240 destruição da floresta tem consequências significativas, incluindo a perda de biodiversidade, a
241 liberação de dióxido de carbono na atmosfera e o aumento das emissões de outros gases de efeito
242 estufa. Em virtude desse cenário, é fundamental que sejam tomadas medidas para proteger a
243 Amazônia e sua biodiversidade, incluindo a implementação de políticas para combater o
244 desmatamento, a exploração ilegal e a mudança climática, e mais investimentos em alternativas
245 econômicas sustentáveis para as comunidades que vivem na região. A preservação da Amazônia é
246 essencial para a saúde do planeta e para o bem-estar das comunidades que dependem dela. Mas,
247 para que tudo isso aconteça, é primordial o aumento do conhecimento científico de uma forma
248 sustentável e da transferência dele para o benefício direto do ambiente e da sociedade amazônica,
249 que apenas poderá ser atingido se for possibilitada a participação dos Amazônidas em todo esse
250 processo. Tudo isso implica, necessariamente, em melhorar e ampliar as estruturas das
251 Universidades e Instituições de Pesquisa da região, assim como priorizar e fortalecer os
252 pesquisadores sediados na Amazônia Legal. Investir nas Universidades e Instituições de Pesquisa
253 localizadas na Amazônia é fundamental por vários motivos: 1) desenvolvimento sustentável do
254 conhecimento científico: as IES amazônicas são responsáveis por produzir novos conhecimentos
255 sobre a biodiversidade, sua utilização como fonte de biofármacos, funcionamento dos ecossistemas,
256 o entendimento dos mecanismos de adoecimento populacional, a saúde das populações humanas

que habitam a região, as diversidades biológicas e culturais das populações tradicionais da Amazônia. Portanto, investir nessas instituições permite que haja um maior avanço do conhecimento científico sobre a região e na região, simultaneamente, respeitando suas particularidades e desafios. Cabe destacar aqui o impacto significativo e diferenciado que a realização de qualquer investimento em uma IES amazônica tem para a região, aumentando a infraestrutura e recursos humanos e prolongando o impacto deles ao ficarem disponíveis na própria região; 2) desenvolvimento de tecnologias: as pesquisas realizadas nessas instituições também contribuem para o desenvolvimento de tecnologias e práticas mais sustentáveis para o uso dos recursos naturais da região. A partir dessas tecnologias, é possível encontrar alternativas para o uso racional das práticas mais sustentáveis para o uso dos recursos naturais da região. A partir dessas tecnologias, é possível encontrar alternativas para o uso racional dos recursos naturais da Amazônia, o que pode levar a uma prática econômica mais equilibrada e sustentável, mantendo a floresta em pé. Quando uma dessas tecnologias é financiada e surge de uma IES amazônica, não deixa de existir a transferência direta e de longo prazo para o benefício do ambiente e da sociedade amazônica, o que é muito mais complicado e menos provável de acontecer quando se trata de uma IES de outra região (em um país de tamanho continental como Brasil, as distâncias com a Amazônia são um grande empecilho que exige investimentos mais custosos para garantir o mesmo impacto prolongado das IES não-amazônicas); 3) conservação da biodiversidade: as pesquisas realizadas por essas instituições também contribuem para a conservação da biodiversidade da Amazônia. Através de estudos sobre a ecologia, distribuição e comportamento das espécies da região, é possível identificar e desenvolver estratégias para a proteção da biodiversidade amazônica; 4) formação de profissionais qualificados: investir nas IES da Amazônia permite a formação de profissionais altamente qualificados, como cientistas, pesquisadores e profissionais da área de tecnologia. Esses profissionais podem contribuir para o desenvolvimento da própria região através de seus conhecimentos e habilidades. Cabe destacar ainda uma característica qualitativa que pode ser observada dentro das IES amazônicas: os formandos são na sua maioria originários da região com importante presença de grupos da sociedade mais vulneráveis. Essa característica faz com que eles entendam a complexidade da realidade amazônica e possuam a vontade, empatia, e compromisso necessários para os sacrifícios que requer mudar essa realidade a partir das IES amazônicas. Esse é um perfil diferenciado que dificilmente pode ser encontrado nos formandos da IES de fora da Amazônia, e daí a importância do investimento direcionado; e 5) manutenção da saúde humana e animal em equilíbrio com a floresta, diante de cenários desafiadores de multiexploração de reservas florestais, que geram recursos rápidos e práticos para quem explora, deixando um rastro de pobreza, poluição e doença para a população que se mantém no local ao final do ciclo de exploração (efeito boom and bust). Além disso, a real possibilidade iminente do surgimento de novas micro ou macroepidemias, com possibilidade de disseminação mundial é patente, e deve fazer parte de um contexto de vigilância territorial em saúde, que só pode ser enfrentada com o aprimoramento do conhecimento científico da população local. Cabe destacar aqui a importância de ter IES amazônicas fortes especialmente em uma região com as idiosincrasias da Amazônia, entre elas o distanciamento geográfico, o isolamento populacional e a precária presença do Estado em grande parte da região. Nesse aspecto, as IES amazônicas conseguem chegar e, muitas vezes, suprir as necessidades provocadas por essas características, como já foi demonstrado amplamente durante a recente pandemia de COVID-19 e outras emergências. O retorno e impacto prolongados de qualquer atuação das IES amazônicas devido à facilidade de estarem sediadas na região e ao maior acesso que a sociedade amazônica tem com essas IES, quando comparado ao acesso às IES de outras regiões, precisaria ser destaque no momento de distribuição dos recursos. Assim, investir nessas instituições é fundamental para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável da Amazônia, contribuindo para a conservação da biodiversidade e o bem-estar das comunidades locais. Demonstra seu compromisso com a sociedade, promovendo a formação de profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos habitantes da região Amazônica. A UFPA é a maior IES na região amazônica e tem um papel fundamental em produzir, socializar e transformar a realidade na Amazônia, para a formação de cidadãos capazes de

310 *promover a construção de uma sociedade inclusiva, mais justa e sustentável. Esse protagonismo de*
311 *atuação é alcançado devido a quatro pontos principais: 1) expertise sobre a pesquisa da*
312 *Amazônia: A UFPA tem uma forte tradição em pesquisa na área de estudos amazônicos, com*
313 *pesquisadores em diversas áreas, incluindo biologia, ecologia, genética, geologia, farmacologia,*
314 *neurociências, direitos humanos, antropologia, geografia, engenharia, medicina, bioeconomia,*
315 *produtos farmacológicos, vacinas entre outras. Essa produção de conhecimento, de qualidade*
316 *internacionalmente reconhecida, é fundamental para entender a biodiversidade e seu potencial*
317 *para garantir a qualidade de vida das populações endêmicas da região, as dinâmicas sociais,*
318 *culturais e econômicas, bem como para formular políticas públicas que respeitem suas*
319 *especificidades na Amazônia; 2) formação de profissionais capacitados para mudar a realidade*
320 *amazônica: A UFPA oferece uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação sendo*
321 *líder na região Norte em áreas como ciências biológicas, exatas, humanas, sociais aplicadas e*
322 *engenharias. Esses cursos preparam os estudantes para atuarem em diferentes áreas profissionais,*
323 *como pesquisadores, cientistas, empreendedores, professores, entre outros. A UFPA tem assim um*
324 *impacto direto na formação de profissionais capacitados para entender e contribuir com o*
325 *desenvolvimento sustentável da região amazônica. Cabe destacar aqui os esforços institucionais*
326 *nesse sentido com as múltiplas ações realizadas, como a existência de cotas e suporte nas*
327 *Graduações e Pós-Graduações para as populações vulnerabilizadas da Amazônia; 3) vínculo*
328 *estreito com a sociedade amazônica: A UFPA tem um forte vínculo com a sociedade, por meio de*
329 *numerosos projetos de extensão universitária e programas de pesquisa que visam solucionar*
330 *problemas locais, regionais e nacionais de interesse para a Amazônia. Essa aproximação com a*
331 *sociedade amazônica permite que a UFPA exerça suas atividades continuamente contribuindo*
332 *para a melhoria da qualidade de vida da população amazônica, através da transferência de*
333 *tecnologias e de conhecimentos científicos e tecnológicos; 4) agregação de valor e proteção da*
334 *cultura e sociedade amazônicas: A UFPA está comprometida com a valorização da cultura*
335 *amazônica, seja por meio da promoção de eventos culturais, como o Festival de Arte e Cultura da*
336 *UFPA, ou por meio da pesquisa e do ensino sobre as manifestações culturais, como a culinária, a*
337 *música, as festas populares, as artes visuais, entre outras. Contribuindo, portanto, para a*
338 *manutenção de suas tradições, com a produção de conhecimento e na formação de profissionais*
339 *capacitados na Amazônia, possibilitando o desenvolvimento regional e a valorização da cultura*
340 *amazônica. Apesar da importância e protagonismo da UFPA e das outras Instituições Amazônicas*
341 *a realização de ensino, pesquisa e extensão no Bioma é difícil e desafiador em função de*
342 *dificuldades logísticas, do clima, da imensa biodiversidade, dos conflitos políticos e sociais, e da*
343 *necessidade de recursos financeiros. A Amazônia é uma região onde a mobilidade é limitada, boa*
344 *parte baseada nos rios, com uma infraestrutura de transporte e comunicação pouco desenvolvida.*
345 *As estradas são poucas e quando existem, muitas vezes estão em condições precárias, o que*
346 *dificulta o acesso a algumas áreas. Além disso, muitas regiões da Amazônia são remotas, com*
347 *pouca infraestrutura de apoio, o que pode dificultar a logística de transporte de equipamentos e*
348 *suprimentos para as áreas de pesquisa. O clima na Amazônia é tropical, com altas temperaturas e*
349 *umidade elevada durante todo o ano. A Amazônia é uma das regiões com maior diversidade*
350 *biológica do planeta, com uma enorme variedade de espécies animais e vegetais. Essa diversidade*
351 *se reflete também entre os distintos povos que habitam a região. É uma das poucas regiões do*
352 *mundo com importante representatividade de populações originais das Américas (comunidades*
353 *indígenas). No entanto, essa diversidade pode apresentar desafios para a realização de pesquisas.*
354 *Por exemplo, a identificação das espécies pode ser difícil devido à grande quantidade de espécies*
355 *similares e pela existência de muitas espécies ainda não descritas pela ciência. Oportunizar a*
356 *formação e participação no desenvolvimento das pesquisas, dos amazônicos mais vulnerabilizados*
357 *e/ou com maior contato com o ambiente amazônico é uma passo essencial no caminho da*
358 *sustentabilidade, que está disponível nas IES amazônicas. A sociedade brasileira mais*
359 *vulnerabilizada e com maior contato com o ambiente amazônico precisa ser ator central das*
360 *mudanças necessárias, e apenas as IES amazônicas é que podem criar essas oportunidades. Mas*
361 *para que isso aconteça, são necessárias ações assertivas para o direcionamento adequado dos*
362 *recursos, que possam reverter o quadro de desigualdade encontrado nas IES amazônicas quando*

comparadas àquelas de outras regiões. No que diz respeito às populações humanas que habitam a região, essas refletem um processo histórico, com o encontro e miscigenação de pelo menos três grandes macro-grupos humanos que formaram a população atual: 1) os povos indígenas da Amazônia, muitos deles que permanecem até hoje isolados e que representam o maior grupamento de povos originários que habitam o continente; 2) os africanos e seus descendentes que representam diversos grupos étnicos trazidos ao Brasil de forma compulsória, muitos deles vivendo em comunidades da floresta denominadas de quilombos; e 3) os povos europeus, representados principalmente por ibéricos (portugueses e espanhóis) que dominaram a região no início da colonização. A diversidade genética e cultural dos povos que lhes deram origem está refletida na atual população da Amazônia brasileira onde coabitam populações remanescentes (tribos indígenas e quilombolas) e (a maior parte) uma grande população miscigenada (ribeirinhas, urbanas etc.) que apresenta enorme variabilidade genética decorrente da contribuição diferenciada dos povos que a formaram. Ademais, é uma região de grande diversidade cultural e conflitos políticos. As questões relacionadas à posse de terra, o uso dos recursos naturais e os conflitos sociais podem apresentar desafios para os pesquisadores que desejam trabalhar na região. A proteção ambiental e a segurança são questões políticas sensíveis na Amazônia, o que pode dificultar a realização de pesquisas em muitas áreas. Em virtude de todos esses fatores, realizar pesquisa no Bioma é caro, especialmente em áreas remotas. A logística e o transporte de equipamentos e suprimentos, bem como a necessidade de contratar guias e outros profissionais locais para apoio, encarecem as pesquisas. Com esses desafios, apenas pesquisadores comprometidos que trabalham continuamente na região é que podem garantir o desenvolvimento de pesquisa sustentável da Amazônia, sendo um importante laboratório natural para o estudo de diversas áreas do conhecimento. Recentemente, ficamos muito esperançosos com o retorno dos editais de fomento e principalmente com a retomada do Fundo Amazônia, que é um mecanismo de financiamento criado em 2008 pelo governo brasileiro, em parceria com a Noruega e a Alemanha, com o objetivo de captar recursos para projetos de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia. A importância do Fundo Amazônia está relacionada com a sua capacidade de financiar projetos que criem o impacto necessário para a redução do desmatamento e para a promoção de práticas sustentáveis na Amazônia. O Fundo tem sido uma importante fonte de recursos para projetos em áreas como o manejo florestal, conhecimento e conservação da biodiversidade, saúde humana, regularização fundiária e o desenvolvimento de biodiversidade, saúde humana, regularização fundiária e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis na região. Também pode ser um mecanismo importante para promover a cooperação entre os Amazonídeos, fortalecendo as universidades, a governança ambiental e ajudando as comunidades locais na gestão dos recursos naturais. Para isso, é essencial uma abordagem “One Amazon”, isto é, que a distribuição dos recursos para a resolução de problemas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia contemple tanto o ambiente como a sociedade amazônicas, assim como priorize aqueles atores, como as IES amazonídeas, completamente integrados nessa sociedade e nesse ambiente. Um levantamento demonstrou que em 160 municípios da Amazônia Legal há mais de 300 Campi de universidades e instituições de ensino e/ou pesquisa, que mobilizam um grande número de pesquisadores, técnicos e professores que possibilitam a formação de profissionais qualificados para atuar no desenvolvimento e proteção da Amazônia. Somente incluindo, ouvindo, respeitando e fomentando o trabalho que vem sendo desenvolvido por todas essas instituições é que conseguiremos atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável na região. Mas, para que tudo isso aconteça, é muito importante sermos incluídos nas discussões e planejamentos da destinação de todos os recursos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Para este fim, solicitamos que seja marcada reunião com os programas de Pós-Graduação da UFPA para discutirmos e decidirmos em conjunto: 1) Quais os pontos relevantes a serem propostos pela UFPA nas discussões em nível nacional e internacional sobre os recursos destinados à Amazônia; 2) Que a UFPA garanta a presença continuada de observadores nas reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) como previsto no seu regimento, além de outros fundos relacionados ao tema, para que, em virtude do seu protagonismo, as IES amazonídeas possam ter voz nesses âmbitos; 3) que seja realizada uma comunicação oficial da UFPA para os máximos dirigentes das

agências de fomento levantando a importância da representatividade das IES amazônidas nos âmbitos decisórios, quando se tratem de temas relacionados a Amazônia; 4) criação de Comissão representativa dos PPGs da UFPA para agendamento e visita aos Ministérios e Agências de interesse em Brasília como parte de campanha de conscientização; e 5) Que qualquer fundo federal que envolva a “marca” Amazônia, seja de forma direta ou indireta, tenha a parcela de, no mínimo 51% de projetos financiados sob a Coordenação de pesquisadores radicados na Amazônia, inclusive o Fundo Amazônia, e que quaisquer outras ações com fundos ou verbas diversas tenham, minimamente, paridade técnica, científica e financeira, considerando as patentes desigualdades de desenvolvimento das instituições e pesquisadores que atuam na Amazônia em comparação àqueles que atuam em outras regiões do país e a necessidade de um caminho para a sustentabilidade da pesquisa na região, considerando o impacto dela quando é realizada pelas IES amazônidas que estão completamente integradas no ambiente e na sociedade amazônicas. Atenciosamente. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (PROFBIO), Programa de Pós-Graduação em Análise Clínicas (PPGAC), Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia (PPGBIONORTE), Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários-Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (PPGBAIP), Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGBIOTEC), Programa de Pós-Graduação em Ecologia (PPGECO), Programa de Pós-Graduação em Farmacologia e Bioquímica (PPGFARMABIO), Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (PPGGBM), Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular (PPGNBC) e Programa de Pós-Graduação em Zoologia (PPGZOO)”. Após a finalização da leitura do documento, o Senhor Presidente agradeceu às Conselheiras Márcia Consentino Kronka Sosthenes e Maria Iracilda da Cunha Sampaio e, também, aos Conselheiros pela atenção revelada durante a leitura da Carta. Em seguida, se manifestou solidário à Carta e disse ser de grande relevância o teor do documento e, ainda, ratificou que o assunto será tratado em reunião dos Programas de Pós-Graduação. Dito isto, solicitou à Secretária-Geral da SEGE, Senhora Soraya Maria Bitar de Lima Souza, o encaminhamento, via e-mail, da Carta a todos os Conselheiros do CONSEPE para ciência e ampla divulgação em suas Unidades. Após, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros(as). Com a palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão ressaltou que seria oportuno propor uma distribuição dos recursos no sentido de 70% das verbas para Amazônia e 30% das verbas para o restante do país e esclareceu que durante a vida inteira a Amazônia não teve nem os 30% quanto mais os 70%. Com a palavra, o Conselheiro Leônidas Olegário de Carvalho se manifestou dizendo que, também, se solidariza com Carta, porém observou que no item “Expertise” havia a ausência da Medicina Veterinária. Em sequência, o Senhor Presidente fez um breve relato sobre o histórico e o contexto atual do Fundo Amazônia e, de modo mais amplo, de verbas destinadas à Amazônia, incluindo verbas destinadas à pesquisa. Iniciou sua fala dizendo que o Fundo Amazônia foi criado em 2008, por meio de um Decreto governamental, no qual tornou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) responsável por sua gestão. O equívoco começou daí, pois um Banco sediado no Rio de Janeiro se tornou responsável pela gestão de um Fundo para Amazônia e, ressaltou ainda, que esse é um dos motivos que se inicia um sistema de governança muito complexo. Continuando, falou que em 2009, quando ainda exercia a função de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação foi realizada uma mobilização na UFPA para a apresentação de projetos que seriam levados ao conhecimento do BNDS e, a partir dessas propostas, seria elaborado um documento com dez projetos institucionais que merecessem algum financiamento por parte do Fundo Amazônia. Nesse momento, iniciou-se um trâmite muito difícil, mas que resultou na aprovação do Projeto do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (CEABIO), que é coordenado pelo Professor Júlio César Pieczarka e se encontra instalado no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá), e além desse, apenas mais dois projetos receberam financiamento. Disse, ainda, que na ocasião, a UFPA recebeu a visita de uma equipe do Fundo Amazônia e, ressaltou, que concretamente o sistema de governança do Fundo Amazônia está concebido de tal forma que se torna muito difícil o acesso a esses recursos por instituições de pesquisa e instituições acadêmicas, sendo que o Fundo é declaradamente voltado às ações de conservação da floresta. Avançando na ideia, disse que

qualquer proposta que não seja de modo muito direto à conservação da floresta não é aceita para financiamento pelo Fundo e que pelo menos no que diz respeito às propostas encaminhadas pelas Universidades. Acrescentou, ainda, que de 2010 a 2020, o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa de Pós-Graduação da Amazônia discutiu muito sobre esse assunto, o que culminou no encaminhamento ao Ministério da Ciência e Tecnologia e à Casa Civil, uma proposta de alteração do Decreto que regulamenta o Fundo Amazônia para que oportunizasse espaço para o financiamento de projetos das instituições acadêmicas e de pesquisa que tivessem relação com a conservação do bioma amazônico, mas o pedido não prosperou. Disse, ainda, que no ano de 2022, houve uma reunião com o Senador Paulo Rocha, onde foi reiterada a proposta de alteração do Decreto com a sugestão da inclusão da seguinte redação: “pelo menos 20% dos recursos do Fundo Amazônia serão destinados a projetos de pesquisa ou inovação desenvolvidos por instituições acadêmicas e/ou científicas sediadas na Amazônia Legal sob a liderança de grupos acadêmicos e de pesquisa dessas instituições”. Disse, ainda, que o Senador Paulo Rocha recebeu o pedido e encaminhou a alteração para as instâncias devidas, porém também não houve êxito. Na sequência, esclareceu que o Fundo Amazônia não tem na sua acumulação uma previsão de destinação para a pesquisa ou para o desenvolvimento tecnológico, o que torna muito difícil a aprovação de propostas apresentadas pelas Universidades. De outro modo, o Fundo Amazônia tem um sistema de governança muito complexo, onde se incluem Ministérios, representantes dos governos estaduais e representantes da sociedade civil, ou seja, é uma situação bastante delicada. Disse, também, que é muito complicado o acesso para qualquer projeto relacionado à pesquisa na Região, mas que essa realidade pode estar mudando, pois estão acontecendo alterações no sistema de governança, devido ao interesse maior, tanto nacional quanto internacional, de aumentar investimentos em pesquisas na Amazônia. No entanto, essas mudanças nada têm a ver com o Fundo Amazônia. Disse, ainda, que há dificuldades de acesso a financiamento para os projetos, inclusive para os Programas de Pós-Graduação. Prosseguindo, falou que houve uma reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde foram convocados todos os Reitores das Universidades e dos Institutos Federais para uma audiência no Palácio do Planalto e, nessa ocasião, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) indicou três Reitores(as) para se pronunciarem. Disse, ainda, que foi um dos convidados para discursar e no seu pronunciamento enfatizou, basicamente, o problema da assimetria na distribuição de recursos para a pesquisa e na discriminação que há com relação às instituições e às pesquisadoras e pesquisadores da Amazônia e, ainda, sobre a importância de que no atual governo se corrija o problema. Falou, também, que é impossível continuar com uma concentração de recursos para pesquisa em certas regiões do país e negligenciar outras. Em seguida, acrescentou, sobre o interesse do governo federal em apoiar projetos de pesquisas sobre a biodiversidade amazônica e que os recursos fossem destinados para as instituições da Amazônia e não para pesquisadores e instituições de outras regiões do Brasil. Em seguida, disse que a distribuição de recursos foi suspensa e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) ficou de apresentar uma nova distribuição que contemple de modo razoável todas as regiões do Brasil. Finalizou dizendo que a situação do Fundo Amazônia é muito mais complexa por conta do sistema de governança criado e pela maneira de como ele concebe as ações que são passíveis de apoio financeiro, sendo que as Universidades precisam de fato fazer um debate intenso e procurar envolver todas as lideranças políticas. **7. ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu ao comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às doze horas e quarenta e cinco minutos, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Reitor, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais presentes.